

Leis populares ficam para trás

Vários outros projetos de interesse popular tramitam no Congresso Nacional. A maioria deles, andando a passos bem lentos. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) está há mais de um ano travando uma batalha para convencer seus colegas e o próprio Governo a aprovar seu projeto que cria o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). O projeto já foi aprovado pelo Senado e remetido à Câmara no dia 27 de dezembro de 1991. Na próxima terça-feira, o senador vai tentar convencer o Presidente da República, Itamar Franco, a apoiar o projeto.

A idéia de Suplicy é complementar a renda do trabalhador que recebe salários muito baixos através do Imposto de Renda Negativo. Ou seja, quem recebe mais pagaria mais, mas quem recebe muito pouco conseguiria uma complementação de renda. A despesa com o benefício seria prevista no Orçamento Geral da União.

O deputado Átila Linds (PFL-AM) é autor de um dos vários projetos que instituem o vale-medicamento, mais ou menos nos mesmos moldes do vale-refeição. Ou seja, a empresa an-

tecepa ao empregado o vale, que deve ser usado para compra de remédios receitados por um médico, para o funcionário ou seus dependentes.

Uma cadeira de rodas para os deficientes físicos com incapacidade motora. Essa é a proposta do deputado Jackson Pereira (PSDB-CE). O projeto é de 1992 e está na Comissão de Seguridade Social e Família, aguardando parecer da relatora, deputada Fátima Pelaes (PFL-AP), desde agosto do mesmo ano.

O deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ) diz ter um projeto parado na Comissão de Previdência Social desde 1992. Sua proposta é garantir à viúva do funcionário público o pagamento do mesmo salário que seu marido recebia até que seja concedida a pensão da Previdência Social.

Domésticas —Estender aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos que a Constituição assegura aos outros trabalhadores é o projeto dos deputados petistas Paulo Paim (RS) e Benedita da Silva (RJ). Eles querem que a doméstica tenha direito a benefícios como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e hora-extra remunerada, por exemplo. "O projeto é de 1989 e está parado nas comissões", reclama Paim.